



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO

90007/2026

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

UASG 926349

OBJETO

Contratação de solução integrada de controle de jornada para o CREFITO-8.

VALOR ESTIMADO ANUAL

R\$ 4.327,92 (quatro mil trezentos e vinte sete reais e noventa e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA E LOCAL

Dia 29 de junho de 2026, às 08 h (Horário de Brasília)

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço

MODO DE DISPUTA

Aberto

EXCLUSIVO ME / EPP / EQUIPARADAS

Sim



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª
REGIÃO – CREFITO-8**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/ 2026

Processo de Licitação Administrativo Sei nº 08.0807.000006/2026-88

Torna-se público que o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região – CREFITO-8, sediado na Rua Padre Germano Mayer, 2272, Hugo Lange, Curitiba / PR, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução integrada de controle de jornada para o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região (CREFITO-8), abrangendo funcionalidades essenciais ao controle eletrônico de jornada, incluindo registro de ponto, gestão de banco de horas, geolocalização, relatórios gerenciais, segregação de perfis de acesso, armazenamento de documentos e suporte técnico contínuo.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento do SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.1 e, mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que tornem desatualizados.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

2.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Poderão participar do certame empresas enquadradas nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresas de pequeno porte.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei nº 14.133/2021, para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.358/2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248/1991 e do art. 8º do Decreto nº 7.174 de 2010.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele necessários.

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante.

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição ou outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, da execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviços que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 entende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.3.4. Cumpre as exigências da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observando o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

3.5.1. No item para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade na declaração de que trata os itens acima, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitando o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento e envio no sistema eletrônico, conforme Anexo IV – Termo de Proposta, informando os seguintes campos:

4.1.1. Descrição

4.1.2. Valor mensal

4.1.3. Valor total da Anual

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a microempresa e a empresa de pequeno porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.8.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados, pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa de competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 2,00 (dois reais)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Sendo adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa dos lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa dos lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.535/2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Será assegurado o direito de preferência previsto no art. 3º da Lei nº 8.248/1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174/2010.

5.19.1. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174/2010, terão



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.3. A negociação será realizada **SOMENTE** por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **04 (quatro) horas úteis**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis).

6.1.3. Cadastro nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

6.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude, por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME / EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3 e 4 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o disposto no art. 29 a 35 da IN SEGES nº 73 de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis.

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para contratação.

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.

6.8.1.2. Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e formação de preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha, passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta, quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.19. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresas estrangeiras que não funcionem no país, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos dispostos no Decreto nº 8.660 de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcios de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitidos por órgãos ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei nº 14.133/21.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes da data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **04 (quatro) horas úteis**, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no Termo de Referência, somente serão exigidos em qualquer caso, no momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para Lei nº 14.133/21 e IN 73/2022.

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documento já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recolhimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observando os prazos nele descritos.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recursos referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

i) O prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

b) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede do CREFITO-8.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- 9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- 9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.
- 9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra.
- 9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.
- 9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 9.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 9.1.5. Fraudar a licitação.
- 9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a Lei.
 - 9.1.6.2. Induzir deliberadamente ao erro no julgamento.
 - 9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e / ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. Advertência.
 - 9.2.2. Multa.
 - 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar.
 - 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

9.10. A apuração de responsabilidade, relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data de intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidades na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: **dlc@crefито8.gov.br**.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico: www.crefito8.gov.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Estudo Técnico Preliminar de Contratação;
- c) Anexo III – Minuta de contrato



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

d) Anexo IV – Termo de Proposta

e) Anexo V – Declaração de ME/EPP (caso seja enquadrado)

Dra. Mônica Mello de Macedo Ignácio

Vice – Presidente



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de Sistema de Controle Eletrônico de Jornada – CREFITO-8

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO - A presente licitação tem por objeto a contratação de solução integrada de controle de jornada para o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região (CREFITO-8), abrangendo funcionalidades essenciais ao controle eletrônico de jornada, incluindo registro de ponto, gestão de banco de horas, geolocalização, relatórios gerenciais, segregação de perfis de acesso, armazenamento de documentos e suporte técnico contínuo.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTDE
1	Assinatura e licenciamento de ferramenta de controle de jornada de trabalho por meio da marcação de ponto em formato eletrônico, para empregados do CREFITO-8	27502	unidade	1

1.1 A solução a ser contratada deverá permitir o registro eletrônico da jornada de trabalho dos empregados do CREFITO-8 por meio de diversas tecnologias, incluindo aplicações web e móveis e geolocalização, garantindo conformidade com a legislação vigente, especialmente a Portaria MTP nº 671/2021 e a Lei nº 14.133/2021.

1.2 O fornecedor será responsável por disponibilizar um ambiente seguro para armazenamento dos dados, garantindo criptografia, backup automático e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

1.3 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação. O fornecedor deverá disponibilizar a solução em pleno funcionamento no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a publicação do contrato.

1.4 O contrato poderá ser prorrogado, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, por períodos sucessivos, desde que a prorrogação seja formalizada mediante termo aditivo e previamente justificada pelo gestor do contrato, observando-se o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

1.5 Requisitos para Prorrogação: A prorrogação da vigência estará condicionada:



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

a) À comprovação de que a manutenção do contrato continua vantajosa para a Administração.

b) À existência de dotação orçamentária específica para cobrir as despesas do período prorrogado.

c) Ao cumprimento satisfatório das condições contratuais pela Contratada, atestado pelo gestor e fiscal do contrato.

1.6 A gestão e fiscalização do contrato será realizada por equipe designada pelo CREFITO-8, que acompanhará a prestação dos serviços, o cumprimento dos prazos e a conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

1.7 O pagamento pelos serviços será efetuado mensalmente, mediante a apresentação de nota fiscal e atesto da execução satisfatória dos serviços pelo gestor do contrato.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1. Descrição da Solução : A solução objeto da presente contratação consiste na disponibilização de sistema informatizado de controle eletrônico de jornada, operado em ambiente web e em nuvem (Software as a Service – SaaS), destinado ao gerenciamento e controle da jornada de trabalho dos empregados do CREFITO-8. A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas ao registro eletrônico de ponto, gestão de banco de horas, controle de jornadas, tratamento de ocorrências, relatórios gerenciais, segregação de perfis de acesso, rastreabilidade das informações, suporte técnico, atualização do sistema e demais recursos necessários à adequada execução do objeto contratual.

A solução deverá garantir disponibilidade, segurança da informação, armazenamento adequado dos dados e acesso remoto por usuários autorizados, sem necessidade de infraestrutura local dedicada.

Os requisitos técnicos, funcionais, operacionais, de segurança e de execução da contratação encontram-se detalhados no item 4 deste Termo de Referência.

2.2 A solução de controle de jornada a ser contratada deverá contemplar um conjunto de funcionalidades tecnológicas que garantam a precisão, segurança e conformidade



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

no registro e gestão da jornada de trabalho dos empregados do CREFITO-8. Para isso, a solução deverá incluir:

- a) Interface intuitiva para usuários e administradores, com acessibilidade e facilidade de uso;
- b) Registro de ponto por meio de dispositivos web e mobile (Android e iOS);
- c) Funcionalidade de geolocalização para controle de registros externos;
- d) Controle automático de banco de horas e compensações;
- e) Emissão de relatórios gerenciais customizáveis para análise e auditoria;
- f) Armazenamento seguro dos registros, garantindo integridade e proteção contra fraudes;
- g) Registro de logs de acesso e operações para auditoria e fiscalização;
- h) Suporte técnico contínuo e garantia de atualizações regulares para melhorias operacionais e adequação a novas normativas legais.

2.3 Todos os requisitos e funcionalidades mencionados deverão ser validados por meio de testes práticos e homologação pela equipe técnica do CREFITO-8 antes da implantação definitiva da solução.

3. FUNDAMENTAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação pretendida decorre da necessidade de garantir a continuidade e a adequação tecnológica do controle de jornada dos empregados do CREFITO-8, diante do encerramento do contrato vigente e da avaliação técnica da solução atualmente utilizada.

O controle de jornada constitui instrumento essencial para a correta apuração das horas trabalhadas, gestão de banco de horas, controle de faltas e atrasos, cumprimento de acordos coletivos e prevenção de passivos trabalhistas. Trata-se de atividade estruturante da gestão de pessoal, com impacto direto na folha de pagamento, na conformidade legal e na integridade dos registros administrativos.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

A análise da solução vigente evidenciou limitações operacionais que comprometem a confiabilidade dos registros e a eficiência dos fluxos internos, exigindo intervenções manuais frequentes e acompanhamento constante pelo setor de Recursos Humanos. Nesse contexto, torna-se necessária a contratação de sistema que assegure estabilidade operacional, precisão nos cálculos, rastreabilidade das informações e aderência às exigências legais e institucionais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Objetivo Geral

A contratação visa à disponibilização de solução informatizada para controle eletrônico de jornada dos empregados do CREFITO-8, em ambiente web e nuvem (SaaS), com possibilidade de integração a módulos de gestão de Recursos Humanos, assegurando aderência à legislação trabalhista, confiabilidade dos registros e automação das rotinas administrativas relacionadas à jornada.

4.2 Requisitos Gerais e Funcionais da Solução

A solução deverá atender a requisitos funcionais compatíveis com sistemas integrados de gestão de pessoas, contemplando, no mínimo, as seguintes capacidades organizadas por domínio funcional:

4.2.1 Cadastro e Estrutura de Dados

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) manutenção de cadastro único de empregados, com armazenamento estruturado de dados funcionais e históricos;
- b) compartilhamento automático de dados entre os módulos do sistema, evitando redundâncias;
- c) controle de histórico de alterações cadastrais, preservando versões anteriores das informações;
- d) possibilidade de parametrização de estruturas organizacionais, cargos, funções e lotações;
- e) suporte ao registro de múltiplos vínculos ou situações funcionais, quando aplicável;
- f) consistência e integridade dos dados armazenados, com validações automáticas.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

4.2.2 Perfis de Acesso e Controle de Usuários

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) gerenciamento de usuários com definição de perfis de acesso distintos;
- b) controle de permissões por funcionalidade, módulo e nível hierárquico;
- c) restrição de acesso às informações conforme perfil e responsabilidade do usuário; d) possibilidade de criação de perfis personalizados;
- e) autenticação de usuários com mecanismos seguros;
- f) registro de acessos e tentativas de acesso ao sistema.

4.2.3 Auditoria, Rastreabilidade e Controle

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) registro de trilhas de auditoria para todas as operações relevantes realizadas no sistema;
- b) identificação do usuário responsável por cada ação, com data e hora;
- c) rastreabilidade de inclusões, alterações e exclusões de dados;
- d) consulta a histórico de operações realizadas;
- e) controle de integridade das informações registradas;
- f) disponibilização de registros para fins de auditoria interna e controle.

4.2.4 Workflow e Gestão de Processos

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) definição de fluxos de trabalho para processos administrativos;
- b) estabelecimento de etapas, responsáveis e níveis de aprovação;
- c) tramitação eletrônica de solicitações entre usuários e gestores;
- d) geração de notificações automáticas em cada etapa do processo;
- e) controle de prazos e pendências;



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

f) possibilidade de substituição de responsáveis em fluxos de aprovação, quando necessário.

4.2.5 Relatórios, Consultas e Extração de Dados

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) geração de relatórios operacionais e gerenciais;
- b) possibilidade de personalização de relatórios conforme necessidade institucional; c) exportação de dados em formatos usuais de mercado;
- d) consulta dinâmica de informações cadastradas no sistema;
- e) consolidação de dados para apoio à tomada de decisão;
- f) emissão de relatórios com filtros e parâmetros configuráveis.

4.2.6 Usabilidade e Operação do Sistema

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) envio de notificações automáticas sobre eventos, pendências e prazos;
- b) alertas relacionados a inconsistências ou ações necessárias;
- c) comunicação entre usuários e gestores dentro do sistema;
- d) acompanhamento de solicitações e demandas pelos usuários;
- e) registro de interações realizadas no sistema.
- f) suporte técnico especializado com tempo de resposta de até 4 (quatro) horas úteis para incidentes graves e 24 (vinte e quatro) horas úteis para incidentes de baixa criticidade, por meio de canal de atendimento exclusivo.

4.2.7 Notificações e Comunicação com Usuários

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) envio de notificações automáticas sobre eventos, pendências e prazos;
- b) alertas relacionados a inconsistências ou ações necessárias;
- c) comunicação entre usuários e gestores dentro do sistema;



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- d) acompanhamento de solicitações e demandas pelos usuários;
- e) registro de interações realizadas no sistema.

4.2.8 Segurança da Informação e Proteção de Dados

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) controle de acesso às informações com base em perfis e permissões;
- b) proteção dos dados contra acesso não autorizado;
- c) armazenamento seguro das informações em ambiente controlado;
- d) realização de backups periódicos e mecanismos de recuperação de dados;
- e) conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- f) garantia de confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

4.2.9 Parametrização e Flexibilidade da Solução

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) possibilidade de configuração das regras de negócio conforme normas institucionais;
- b) adaptação às regras trabalhistas vigentes e acordos coletivos;
- c) flexibilidade para ajustes operacionais sem necessidade de desenvolvimento adicional;
- d) atualização contínua da solução para atendimento a alterações legais;
- e) capacidade de evolução da solução conforme necessidades futuras.

4.3 Requisitos Específicos – Controle de Jornada e Ponto Eletrônico

A solução deverá contemplar módulo completo de controle de jornada, abrangendo registro, tratamento, apuração e gestão das informações, observando, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

4.3.1 Registro de Jornada

A solução deverá contemplar, no mínimo:



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- a) registro eletrônico de ponto com múltiplas marcações diárias (entrada, saída e intervalos);
- b) identificação inequívoca do empregado no momento do registro;
- c) registro com data e hora automática, sem possibilidade de edição pelo usuário final;
- d) possibilidade de configuração de diferentes formas de registro (web, mobile, entre outros);
- e) controle de marcações realizadas fora das regras estabelecidas (para casos específicos);
- f) prevenção e/ou sinalização de registros duplicados ou inconsistentes;
- g) funcionamento contínuo do registro, com sincronização posterior em caso de indisponibilidade momentânea de conexão, quando aplicável;
- h) vinculação de cada registro ao respectivo usuário, com rastreabilidade completa.

4.3.2 Parametrização de Jornadas e Escalas

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) cadastro e parametrização de jornadas de trabalho diversas;
- b) definição de escalas fixas, móveis e diferenciadas;
- c) configuração de jornadas por empregado, setor ou função;
- d) parametrização de intervalos intrajornada e inter-jornada;
- e) definição de tolerâncias para atrasos e saídas antecipadas;
- f) aplicação automática das regras parametrizadas no cálculo da jornada;
- g) flexibilidade para alteração de jornadas conforme necessidade institucional;
- h) controle de jornadas especiais, quando aplicável.

4.3.3 Apuração e Cálculo da Jornada

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) cálculo automático das horas trabalhadas com base nas marcações registradas;



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- b) apuração de horas extras, adicionais e compensações;
- c) controle de atrasos, saídas antecipadas e ausências;
- d) aplicação automática de regras legais e institucionais no cálculo da jornada;
- e) processamento de jornadas conforme diferentes regimes de trabalho;
- f) fechamento de períodos de apuração conforme parametrização;
- g) reprocessamento de cálculos em caso de ajustes ou alterações; h) consistência entre registros, cálculos e relatórios gerados.

4.3.4 Gestão de Banco de Horas

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) controle automatizado do banco de horas;
- b) parametrização de regras de compensação;
- c) registro de créditos e débitos de horas;
- d) controle de prazos para compensação;
- e) acompanhamento do saldo individual de banco de horas;
- f) possibilidade de diferentes políticas de compensação;
- g) integração do banco de horas com os cálculos de jornada;
- h) geração de relatórios de acompanhamento.

4.3.5 Gestão de Ocorrências e Justificativas

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) registro de ocorrências relacionadas à jornada (faltas, atrasos, afastamentos, entre outros);
- b) cadastro de tipos de ocorrências e justificativas;
- c) solicitação de ajustes de ponto pelos empregados;
- d) anexação de documentos comprobatórios às solicitações;



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- e) fluxo de aprovação por gestores;
- f) controle do status das solicitações (pendente, aprovado, rejeitado);
- g) registro histórico das ocorrências e justificativas;
- h) vinculação das ocorrências aos registros de jornada.

4.3.6 Tratamento de Inconsistências

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) identificação automática de inconsistências nos registros de ponto;
- b) sinalização de pendências para usuários e gestores;
- c) tratamento das inconsistências por meio de fluxos de ajuste;
- d) bloqueio ou controle de registros que não atendam às regras definidas;
- e) acompanhamento das inconsistências até sua regularização;
- f) registro de histórico de correções realizadas;
- g) garantia de integridade após tratamento das ocorrências.

4.3.7 Relatórios e Acompanhamento

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) emissão de relatórios de folha de ponto;
- b) relatórios de banco de horas;
- c) relatórios de atrasos, faltas e inconsistências;
- d) relatórios consolidados por empregado, setor ou período;
- e) possibilidade de filtros e parametrização de consultas;
- f) exportação de relatórios em formatos usuais;
- g) disponibilização de informações para acompanhamento gerencial;
- h) consistência entre relatórios e dados registrados no sistema.

4.3.8 Acesso do Empregado e do Gestor



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) acesso individual do empregado às suas marcações e saldo de horas;
- b) visualização do histórico de registros e ocorrências;
- c) acompanhamento de solicitações e ajustes realizados;
- d) acesso do gestor às informações de sua equipe;
- e) validação e aprovação de ajustes de jornada;
- f) acompanhamento de indicadores de frequência e assiduidade;
- g) interface adequada para diferentes perfis de usuário.

4.3.9 Auditoria e Rastreabilidade da Jornada

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) registro de todas as alterações realizadas nos registros de ponto;
- b) identificação do responsável por cada alteração;
- c) registro de data e hora das modificações;
- d) manutenção do histórico completo das informações;
- e) possibilidade de auditoria das alterações realizadas;
- f) integridade dos dados após ajustes;
- g) rastreabilidade entre registros originais e alterações posteriores.

4.4.0 Registro de Ponto por Dispositivos Móveis (Mobile)

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) disponibilização de aplicativo ou interface responsiva para dispositivos móveis compatível com os principais sistemas operacionais;
- b) registro de ponto eletrônico por meio de dispositivos móveis, com múltiplas marcações diárias;
- c) identificação do usuário no momento do registro, garantindo a vinculação inequívoca da marcação;



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- d) utilização de geolocalização para validação do local do registro, com possibilidade de parametrização de áreas permitidas ou restritas;
- e) controle de registros realizados fora da área geográfica definida, com possibilidade de bloqueio ou sinalização;
- f) funcionamento com sincronização automática dos dados com a base central do sistema;
- g) possibilidade de operação em cenários de mobilidade, incluindo atividades externas, conforme regras parametrizadas;
- h) registro das informações de data, hora e localização associadas à marcação;
- i) disponibilização de alertas e notificações ao usuário relacionadas ao registro de ponto;
- j) consulta, por meio do dispositivo móvel, das marcações realizadas, saldo de horas e eventuais pendências;
- k) garantia de segurança das informações trafegadas entre o dispositivo e o sistema, com uso de mecanismos de proteção adequados;
- l) interface simplificada e adequada ao uso em dispositivos móveis, garantindo facilidade de utilização.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO : A execução dos serviços deverá seguir um cronograma detalhado, garantindo a transição adequada do sistema atual para a nova solução sem impactos na operação.

5.1.1 A contratada deverá observar rigorosamente os prazos estabelecidos no contrato, assegurando que todas as fases de implantação, testes, homologação e treinamento sejam concluídas conforme previsto.

5.1.2 A solução deverá estar disponível para todos os empregados do CREFITO-8 de maneira contínua e ininterrupta, respeitando os requisitos mínimos de disponibilidade definidos no contrato.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

5.1.3 A empresa contratada deverá prover suporte técnico em tempo integral durante o período de implantação, garantindo resposta rápida para solução de problemas operacionais.

5.2 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.2.1 A demanda do CREFITO-8 para a solução de controle de jornada tem como base as seguintes características:

- a) Número de empregados sujeitos a controle de ponto: até 50 pessoas;
- b) Regime de trabalho vigente: jornada fixa com parâmetros diferenciados para determinados empregados;
- c) Registros de ponto diários obrigatórios para todos os empregados, com mecanismos de correção mediante justificativa e aprovação de gestores;
- d) Disponibilidade mínima exigida do sistema: 99,5%;
- e) Níveis de acesso segmentados para empregados, gestores e administradores do sistema;
- f) Necessidade de geolocalização para registros externos.

5.3 MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

5.3.1 A comunicação entre o CREFITO-8 e a contratada deverá ocorrer por meio de canais formais previamente definidos, incluindo:

- a) Plataforma online de gestão de chamados e suporte técnico;
- b) Relatórios periódicos enviados via e-mail institucional;
- c) Reuniões trimestrais para acompanhamento da execução contratual e análise de desempenho da solução;
- d) Canal telefônico exclusivo para suporte emergencial, disponível em horário comercial.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

5.3.2 O fornecedor deverá indicar responsáveis técnicos e administrativos que atuarão como pontos de contato diretos para atendimento das demandas do CREFITO-8.

5.3.3 Toda comunicação relevante para a execução contratual deverá ser formalizada por meio de e-mails institucionais e/ou documentos assinados digitalmente.

5.4 MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

5.4.1 A contratada deverá garantir que todas as informações armazenadas e processadas pela solução sejam tratadas com total sigilo, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

5.4.2 Deverão ser implementadas políticas de acesso restrito, garantindo que apenas usuários autorizados possam visualizar e manipular dados sensíveis.

5.4.3 A contratada será integralmente responsável por quaisquer vazamentos de informações resultantes de falhas no sistema, devendo adotar medidas preventivas rigorosas, como criptografia de dados e autenticação multifator.

5.4.4 Auditorias de segurança deverão ser realizadas periodicamente para garantir a conformidade com as normas de segurança estabelecidas no contrato.

5.5 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO

5.5.1 A empresa contratada deverá garantir a operação contínua e adequada da solução durante todo o período contratual, assegurando suporte técnico eficiente para a resolução de problemas.

5.5.2 Deverá ser fornecido atendimento prioritário para falhas críticas, garantindo tempo máximo de resposta de 4 horas úteis e prazo de solução de até 24 horas.

5.5.3 O fornecedor deverá garantir a realização de correções e atualizações necessárias para manter o funcionamento adequado da solução, sem custos adicionais para o CREFITO-8.

5.5.4 Em caso de indisponibilidade do sistema superior ao limite mínimo aceitável definido no contrato (disponibilidade mínima exigida do sistema de 99,5%), serão



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

aplicadas penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, podendo incluir descontos proporcionais no pagamento mensal.

5.6 GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO

5.6.1 A empresa contratada será responsável pela manutenção contínua do sistema, garantindo sua atualização conforme novas exigências normativas.

5.6.2 O fornecedor deverá monitorar periodicamente a infraestrutura do sistema para prevenir falhas operacionais, realizando manutenções preventivas e corretivas conforme necessário.

5.6.3 A gestão da solução deverá incluir auditorias periódicas para verificar a integridade dos registros de ponto e conformidade com as regras estabelecidas pelo CREFITO-8.

5.6.4 Qualquer atualização que impacte diretamente o uso da solução pelos empregados deverá ser previamente comunicada ao CREFITO-8, com prazo adequado para adaptação.

5.7 ENCERRAMENTO DO CONTRATO E CONTINUIDADE OPERACIONAL

5.7.1 Caso o contrato não seja renovado, a empresa contratada deverá garantir a migração segura dos dados para outro sistema indicado pelo CREFITO-8, sem custos adicionais.

5.7.2 Todos os registros armazenados deverão ser entregues em formatos padronizados e acessíveis, garantindo a continuidade da gestão de jornada sem prejuízos operacionais.

5.7.3 A contratada deverá fornecer suporte técnico para garantir uma transição ordenada e sem impactos negativos para o CREFITO-8.

5.7.4 O encerramento do contrato deverá ser acompanhado de relatório final detalhado, contendo informações sobre o histórico de uso do sistema e recomendações para continuidade da gestão da jornada de trabalho.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

6.1 PANORAMA GERAL

6.1.1 O contrato deverá ser executado conforme as cláusulas acordadas, em observância à Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte será responsável pelas consequências da inexecução total ou parcial do contrato.

6.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão, o cronograma será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, com a devida anotação das circunstâncias em apostila.

6.1.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada deverão ser feitas por escrito, quando exigido pela formalidade do ato, sendo admitido o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4 O órgão poderá convocar representante da empresa para providências imediatas, conforme necessidade.

6.1.5 Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa para reunião inicial, onde serão apresentados o plano de fiscalização, as obrigações contratuais, as estratégias de execução, o método de aferição dos resultados e as sanções aplicáveis.

6.1.6 O fiscal responsável poderá sugerir, sem prejudicar a execução do serviço, o redimensionamento do montante pactuado com base na análise da execução financeira anual, respeitando os limites de alteração previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.7 O descumprimento das obrigações pela contratada poderá resultar em sanções administrativas, conforme o Termo de Referência e a legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

6.2 PREPOSTO

6.2.1 A contratação exigirá a designação de um preposto da empresa, conforme o art. 118 da Lei nº 14.133/2021. O preposto será responsável pela interface entre a contratada e a Administração, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais e atuando como representante da empresa para gestão e fiscalização da execução do



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

contrato. A contratada deverá formalizar a designação do preposto antes do início da prestação dos serviços.

6.2.2 A contratante poderá recusar a indicação ou manutenção do preposto, desde que justifique a recusa. Caso necessário, a contratada deverá designar outro preposto.

6.2.3 Se a Administração optar pela exigência de manutenção do preposto no local da execução, tal decisão deverá ser justificada com base na complexidade do objeto, necessidade de acompanhamento contínuo ou supervisão técnica.

6.2.4 O preposto deverá estar capacitado para atender às demandas da Administração e solucionar eventuais questões durante a execução do contrato

6.3 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO : Os fiscais e gestores do contrato serão designados conforme os artigos 117 da Lei nº 14.133/2021 e 8º do Decreto nº 11.246/2022. A Administração formalizará as designações, garantindo a transparência e o acompanhamento adequado da execução.

6.3.1 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.3.1.1 O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, assegurando o cumprimento das condições estabelecidas.

6.3.1.2 Registrará no histórico do contrato as ocorrências e providências adotadas.

6.3.1.3 Notificará a contratada sobre irregularidades, fixando prazo para correção.

6.3.1.4 Informará ao gestor situações que excedam sua competência.

6.3.1.5 Comunicará ao gestor ocorrências que comprometam a execução.

6.3.1.6 Informará ao gestor o término do contrato para viabilizar prorrogação.

6.3.2 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.3.2.1 O fiscal administrativo acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, e verificará os empenhos, pagamentos, garantias, glosas, apostilamentos e termos aditivos, solicitando documentos pertinentes, se necessário.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

6.3.2.2 Caso haja descumprimento das obrigações, o fiscal administrativo atuará para solucionar o problema, reportando ao gestor caso ultrapasse sua competência.

6.3.2.3 Verificará as condições de habilitação da contratada para empenho e pagamento.

6.3.3 GESTOR DO CONTRATO

6.3.3.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma da Lei nº 14133, de 2021.

6.3.3.2 O gestor atualizará o acompanhamento do contrato, mantendo registros formais da execução.

6.3.3.3 Acompanhará os registros dos fiscais e adotará providências quando necessário.

6.3.3.4 Emitirá documento com a avaliação da execução, incluindo desempenho e penalidades.

6.3.3.5 Adotará providências para instauração de processo de responsabilização, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A medição dos serviços prestados será realizada mensalmente, considerando a efetividade da solução implantada e a adequação do serviço às especificações estabelecidas no Termo de Referência.

7.1.1 A aferição da qualidade do serviço será baseada nos seguintes critérios:

a) Disponibilidade mínima do sistema, conforme estabelecido no contrato (99,5%);



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

b) Correta execução das integrações com sistemas internos do CREFITO-8, garantindo compatibilidade e fluxo contínuo de dados;

c) Atendimento aos chamados técnicos dentro dos prazos estabelecidos:

i. Até 4 horas úteis para falhas críticas;

ii. Até 24 horas úteis para falhas menores;

d) Conformidade dos relatórios gerados pelo sistema com os parâmetros estabelecidos pelo CREFITO-8;

e) Eficiência na administração de usuários e permissões, garantindo segurança e rastreabilidade das ações dentro do sistema;

f) Correta aplicação das regras de controle de jornada, incluindo banco de horas, escalas e compensações.

7.1.2 O processo de medição será realizado pela equipe de fiscalização do contrato, que emitirá relatório mensal detalhando a performance do sistema, identificando possíveis falhas e apontando melhorias necessárias.

7.1.3 Caso sejam identificadas inconformidades, a contratada será notificada e deverá providenciar as correções no prazo estipulado. O não cumprimento poderá resultar em penalidades conforme previsto na legislação aplicável.

7.2 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.2.1 Em conformidade com o art. 7º, §§ 2º e 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, o pagamento será realizado diretamente à contratada mediante parcelas mensais, incidentes após a prestação efetiva e adequada do serviço, conforme descrito no item 7.1 deste Termo de Referência. O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento e aceite dos documentos de cobrança pelo CREFITO-8. Caso haja necessidade de diligências para aferição do atendimento às exigências contratuais, esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, de forma justificada.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

7.2.2 O pagamento será efetuado por meio de sistema eletrônico, mediante transferência para a conta bancária indicada pela contratada, ou por meio de ordem bancária com código de barras. Não serão aplicadas multas ou juros moratórios por eventuais atrasos de até 03 (três) dias úteis após a data de vencimento, caso a ordem bancária tenha sido emitida tempestivamente.

7.2.3 A contratada deverá emitir fatura ou nota fiscal regularmente, conforme a legislação vigente, contendo o número obrigatório de inscrição no CNPJ e demais informações exigidas para liquidação da despesa. O CREFITO-8 verificará a regularidade fiscal da empresa nos sistemas disponíveis, incluindo o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), Fazenda Federal, FGTS e Justiça do Trabalho.

7.2.4 O valor devido poderá ser utilizado para compensação de multas contratuais ou ressarcimento de danos causados pela contratada ao CREFITO-8, caso aplicável.

7.2.5 No caso de atraso de pagamento por culpa do CREFITO-8, a contratada terá direito à atualização financeira do valor devido, utilizando-se a taxa de mora aplicável a tributos federais, conforme o art. 406 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

7.2.6 A fatura deverá discriminar eventuais retenções tributárias cabíveis, incluindo ISSQN, IRPJ, CSLL, Cofins e PIS/Pasep, conforme as regras da Instrução Normativa RFB nº 1234/2012.

7.2.7 Caso a contratada esteja enquadrada no Simples Nacional ou detenha isenção ou imunidade tributária, deverá apresentar documentação comprobatória para que a retenção dos tributos não seja efetuada.

7.2.8 Havendo erro na documentação de cobrança ou pendência fiscal impeditiva, o pagamento ficará suspenso até a regularização, sem ônus para o CREFITO-8.

7.2.9 Índice de Reajustamento de Preço Nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021, será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) como parâmetro de reajuste contratual, considerando que:

7.2.9.1 Após pesquisa de mercado e análise setorial, não foram identificados índices específicos ou setoriais amplamente utilizados para o segmento de fornecimento de



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

software como serviço (SaaS) com as características deste objeto, que compreende licença de uso, suporte técnico e manutenção evolutiva/corretiva;

7.2.9.2 Também não foi localizado índice geral que guarde correlação direta e comprovada com os insumos que compõem os custos dessa contratação;

7.2.9.3 Diante disso, adota-se o IPCA/IBGE, índice oficial de inflação amplamente aceito pela Administração Pública, por refletir de forma abrangente a variação dos preços na economia e ser regularmente utilizado como referência subsidiária em contratações públicas quando inexistente índice mais específico;

7.2.9.4 A data-base para aplicação do reajuste será o mês de elaboração da pesquisa de preços que fundamentou o orçamento estimado da contratação, conforme previsto na legislação.

7.2.9.5 O descumprimento das condições contratuais poderá resultar na aplicação de penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa e, se necessário, rescisão contratual.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2 Regime de execução

8.2.1 O regime de execução do contrato será empreitado por preço global.

8.2.2 A adoção desse regime se justifica por se tratar da contratação de uma solução de software de controle de jornada com escopo previamente definido, cujas especificações, funcionalidades e condições de implantação encontram-se detalhadas neste Termo de Referência.

8.2.3 Como não se espera variação significativa na execução contratual após a definição do objeto, o modelo de empreitada por preço global se mostra o mais adequado, uma vez que contempla o fornecimento da licença de uso do sistema, sua implantação, integração com o ambiente do contratante, suporte técnico e eventuais manutenções corretivas e evolutivas durante a vigência do contrato.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

8.2.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.2.5 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14133, de 2021.

8.2.6 A conformidade da solução a ser utilizada na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

8.2.7 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei nº 14133, de 2021.

8.2.8 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14133, de 2021.

8.3 Exigências de habilitação

8.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1.1 Habilitação jurídica de pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

8.3.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.3.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.2.5 Certidões de regularidade no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitidas pela Controladoria-Geral da União (CGU), Certidão de Improbidade Administrativa e Ilegibilidade emitida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos emitida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

8.3.3 Cadastro de Contribuintes Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, nos termos do art. 68, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. A exigência da inscrição será determinada de acordo com a natureza da atividade exercida, observando-se:

8.3.3.1 Para serviços em geral, a inscrição no cadastro municipal, devido à incidência do ISS.

8.3.3.2 Para aquisições de bens ou serviços específicos tributados pelo ICMS, a inscrição no cadastro estadual.

8.3.4 Regularidade Fiscal Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Pública estadual e/ou municipal, conforme aplicável, relativa à atividade em cujo exercício o fornecedor contrata ou concorre, em conformidade com o art. 193 do Código Tributário Nacional e o art. 68, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. A regularidade deverá ser comprovada:

8.3.4.1 Junto à Fazenda Municipal, para atividades sujeitas ao ISS.

8.3.4.2 Junto à Fazenda Estadual, para atividades sujeitas ao ICMS.

8.3.5 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.6 O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da apresentação de prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. A exigência será suprida mediante a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), que já contém as informações pertinentes à sua inscrição nos referidos cadastros.

8.4 Qualificação Técnica

8.4.1 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.4.2 A declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação somente será exigida se a vistoria prévia do local de execução for considerada imprescindível para o pleno entendimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Alternativamente, poderá ser apresentada uma declaração do responsável técnico atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, independentemente de avaliação local. Caso a avaliação local seja considerada desnecessária, a exigência desta declaração será suprimida. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.4.3 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - i. ata de fundação;
 - ii. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - iii. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - iv. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - v. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - vi. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- g) A cooperativa deverá apresentar a última auditoria contábil-financeira, conforme disposto no art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador. Quando aplicável, em conformidade com o § 9º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, o edital poderá exigir atestados específicos relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% do objeto a ser licitado. Nesse caso, mais de um licitante poderá apresentar atestados referentes ao mesmo subcontratado, desde que isso atenda a aspectos técnicos específicos exigidos pela Administração.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14133, de 2021.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

As especificações detalhadas dos serviços contratados, bem como as obrigações das partes envolvidas, estão descritas nos itens subsequentes.

9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

9.1.1 Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5 Cometer fraude fiscal.

9.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

9.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

9.2.2.1 Multa de: 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

9.2.2.2 - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.2.2.3 - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

9.2.2.4 - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

9.2.2.5 - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento).

9.2.2.6 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.2.2.7 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.2.2.8 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

9.2.2.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência.

9.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

9.2.3.1 As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.3, 9.2.4 e 9.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente às de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.2.3.2 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

Grau	Correspondência
------	-----------------



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia;	3
6	Deixar de corrigir falhas na prestação dos serviços no prazo estabelecido pelo fiscal/gestor do contrato;	1
7	Descumprir quaisquer obrigações contratuais, não explicitadas nos itens abaixo;	1
8	Ensejar o retardamento, de qualquer natureza, da execução dos serviços objeto do contrato;	3
9	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
10	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
11	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

12	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico e/ou Contrato, não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
13	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
14	Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência contratual;	4
15	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal durante a execução do objeto;	5
16	Cometer fraude na execução do contrato;	5
17	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada.	1
18	Deixar de responder as solicitações do CREFITO-8	2
19	Deixar de realizar vistoria técnica conforme previsto no Projeto Básico, Cronograma, Fluxos e Contato	3
20	Deixar de realizar serviços no CREFITO-8	5

9.3 Ficam sujeitas às penalidades previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

9.3.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.3.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.3.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, conforme o disposto nos artigos 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021.

9.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

9.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para a contratação da solução de controle de jornada do CREFITO-8 é de **R\$ 360,66 mensais**. O valor anual estimado é de **R\$ 4.327,92**.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

10.2 MEMÓRIA DE CÁLCULO A pesquisa de preços foi realizada junto a empresas do ramo, identificando os seguintes valores praticados para contratações semelhantes:

Empresa	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
PontoTel	R\$ 486,54	R\$ 5.838,48
IfPonto – Plano Corporativo	R\$ 440,00	R\$ 5.280,00
Ponto oitchau	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00
Ponto Mais	R\$ 296,10	R\$ 3.553.20
MÉDIA	R\$ 360.66	R\$ 4.327.92

Com base nos valores apurados, a média aritmética utilizada para estimar o custo da contratação do CREFITO-8 foi de R\$ 360,66 mensais, correspondendo ao valor anual de R\$ 4.327,92, perfazendo o valor global estimado de R\$ 21.639,60 para o horizonte contratual de 60 (sessenta) meses, observada a possibilidade de prorrogação nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

10.3 JUSTIFICATIVA DA ESTIMATIVA DE PREÇO

A estimativa foi calculada com base na média aritmética dos valores coletados, garantindo que o custo seja representativo do mercado e compatível com contratações similares. A metodologia utilizada permite evitar distorções causadas por valores extremos e assegurar um parâmetro confiável para a tomada de decisão.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

10.4 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrerão da seguinte rubrica :
Conta: 6.2.2.1.1.01.04.04.005 - Serviços de Informática.

11. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

Etapas	Descrição	Prazo (dias corridos após a assinatura do contrato)	Responsável
1. Fornecimento do Sistema	Disponibilização do sistema pelo fornecedor para início da configuração e testes iniciais.	Até 10 dias	Fornecedor
2. Configuração e Parametrização	Ajustes iniciais, definição de perfis de acesso e integração com sistemas do CREFITO-8.	Até 15 dias	Fornecedor e Equipe Técnica
3. Treinamento Inicial dos Usuários	Capacitação dos administradores do sistema, equipe técnica e usuários finais.	Até 18 dias	Fornecedor e Equipe Técnica
4. Testes Operacionais e Homologação Interna	Realização de testes práticos, ajustes finais e validação das funcionalidades antes da entrada em funcionamento.	Até 23 dias	Equipe Técnica
5. Implantação Oficial e Monitoramento	Liberação do sistema para todos os empregados e acompanhamento intensivo nas primeiras semanas.	Até 30 dias	Equipe Técnica



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

6. Suporte Contínuo e Ajustes Pós-Implantação	Atendimento a eventuais dúvidas e correção de problemas identificados.	Após 30 dias	Fornecedor, Fiscal de Contrato e Equipe Técnica
--	--	---------------------	---



Documento assinado digitalmente
ANDRE GABRIEL DA SILVA
Data: 29/05/2026 12:15:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André Gabriel da Silva
Assistente Administrativo



Documento assinado digitalmente
HENIO RICARDO TAKATUJI
Data: 29/05/2026 12:47:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Henio Ricardo Takatuji
Dep. Tecnologia e Informação



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

ANEXO 1 — TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

PROCESSO SEI Nº 08.0807.000006/2026-88

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, **neste ato representada por seu representante legal **** _____ **, CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando a contratação de solução de controle eletrônico de jornada para o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região – CREFITO-8, firma o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**, comprometendo-se a cumprir integralmente as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto formalizar o compromisso da CONTRATADA quanto à manutenção do sigilo, confidencialidade, integridade, disponibilidade e proteção das informações, dados, documentos, sistemas e ativos tecnológicos eventualmente acessados, processados, armazenados ou tratados no âmbito da execução contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

A CONTRATADA compromete-se a:

- I – manter absoluto sigilo sobre informações, dados pessoais, documentos, credenciais, registros, configurações, rotinas operacionais, bases de dados e demais conteúdos acessados em razão da contratação;
- II – não divulgar, reproduzir, compartilhar, transmitir, copiar, utilizar ou disponibilizar informações do CREFITO-8 a terceiros, sem autorização formal da Contratante;



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

III – restringir o acesso às informações exclusivamente aos profissionais diretamente envolvidos na execução contratual e estritamente necessários ao desempenho de suas atribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A CONTRATADA declara ciência e compromete-se a observar as normas de segurança vigentes no CREFITO-8, devendo:

I – adotar controles adequados de autenticação, rastreabilidade, proteção de acesso e gestão de credenciais;

II – implementar medidas técnicas e administrativas aptas a prevenir acesso não autorizado, perda, alteração, vazamento, indisponibilidade ou destruição de informações;

III – manter mecanismos de proteção compatíveis com boas práticas de segurança da informação e proteção de dados;

IV – garantir o armazenamento seguro dos dados eventualmente tratados durante a execução contratual;

V – assegurar a segregação adequada de perfis de acesso dos usuários da solução.

CLÁUSULA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CONTRATADA compromete-se a observar integralmente a **Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)**, adotando medidas necessárias para proteção dos dados pessoais tratados no âmbito contratual.

Parágrafo único. Eventuais incidentes de segurança, vazamentos, acessos indevidos ou suspeitas de comprometimento de dados deverão ser comunicados imediatamente ao CREFITO-8.

CLÁUSULA QUINTA – DOS INCIDENTES DE SEGURANÇA

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à Contratante, em prazo razoável e sem demora injustificada, qualquer incidente de segurança, indisponibilidade relevante, comprometimento de credenciais, falha operacional ou ocorrência que possa impactar a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA responderá administrativa, civil e penalmente pelos danos decorrentes do descumprimento das obrigações previstas neste Termo, no contrato, na legislação aplicável e nas normas de segurança adotadas pelo CREFITO-8.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO COMPROMISSO

As obrigações de sigilo e segurança previstas neste Termo permanecerão válidas durante toda a execução contratual e subsistirão após seu encerramento, enquanto perdurar a natureza confidencial das informações.

Por estarem de acordo, firmam o presente Termo.

Representante Legal da Contratada Cargo: _____



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONTROLE DE JORNADA DE EMPREGADOS

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, tem por finalidade analisar a viabilidade da contratação de solução integrada de controle de jornada para os empregados do CREFITO-8, conforme demanda formalizada pela Coordenação Geral do órgão.

A necessidade decorre da substituição do sistema atualmente utilizado, em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato vigente e da iminência de seu encerramento, bem como dos problemas operacionais identificados na solução atual, que serão detalhados ao longo deste estudo.

O DFD estabelece como objeto a contratação de solução que contemple funcionalidades essenciais ao controle eletrônico de jornada, incluindo registro de ponto, gestão de banco de horas, geolocalização, relatórios gerenciais, segregação de perfis de acesso, armazenamento de documentos e suporte técnico contínuo.

Considerando a relevância do controle de jornada para a conformidade trabalhista, mitigação de riscos administrativos e garantia da continuidade operacional, este estudo analisará as alternativas disponíveis no mercado, inclusive a possibilidade de adoção de solução integrada que amplie a eficiência da gestão de Recursos Humanos, desde que demonstrada sua vantajosidade.

O objetivo é subsidiar decisão administrativa fundamentada quanto à alternativa mais adequada ao interesse público e às necessidades institucionais do CREFITO-8.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1 Fundamentação e Justificativa

A contratação pretendida decorre da necessidade de garantir a continuidade e a adequação tecnológica do controle de jornada dos empregados do CREFITO-8, diante do encerramento do contrato vigente e da avaliação técnica da solução atualmente utilizada.

O controle de jornada constitui instrumento essencial para a correta apuração



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

de horas trabalhadas, gestão de banco de horas, controle de faltas e atrasos, cumprimento de acordos coletivos e prevenção de passivos trabalhistas. Trata-se de atividade estruturante da gestão de pessoal, com impacto direto na folha de pagamento, na conformidade legal e na integridade dos registros administrativos.

A análise da solução vigente evidenciou limitações operacionais que comprometem a confiabilidade dos registros e a eficiência dos fluxos internos, exigindo intervenções manuais frequentes e acompanhamento constante pelo setor de Recursos Humanos.

Nesse contexto, torna-se necessária a contratação de sistema que assegure estabilidade operacional, precisão nos cálculos, rastreabilidade das informações e aderência às exigências legais e institucionais.

1.2 Problemas Identificados no Contrato Atual

A análise da solução atualmente utilizada para o controle de jornada evidenciou limitações técnicas e operacionais que comprometem sua eficiência e confiabilidade. Os principais problemas identificados são os seguintes:

- **Usabilidade e Experiência do Usuário:** O sistema apresenta interface pouco intuitiva e de difícil navegação, exigindo maior esforço operacional dos usuários para execução de tarefas rotineiras. A baixa usabilidade impacta diretamente a produtividade do setor de Recursos Humanos, aumentando o tempo necessário para conferência e tratamento dos registros de ponto.
- **Instabilidade e Dificuldade de Acesso:** Foram registradas ocorrências de instabilidade no sistema, especialmente relacionadas à dificuldade de acesso por parte dos usuários. Tais episódios comprometem a regularidade das rotinas administrativas e geram insegurança quanto à disponibilidade da ferramenta.
- **Fragmentação das Funcionalidades de Gestão de Ponto:** A gestão e o cálculo do ponto eletrônico não são realizados de forma centralizada. Para a apuração correta das informações, torna-se necessário utilizar múltiplas ferramentas internas do próprio sistema, o que aumenta a complexidade operacional e eleva o risco de inconsistências. Essa fragmentação compromete a eficiência do processo e dificulta a consolidação das informações para fins de conferência e validação.
- **Falhas na Configuração Inicial:** Durante a implantação da solução, parte das



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

parametrizações essenciais não foi realizada de forma adequada, especialmente no que se refere às regras de cálculo de jornada e banco de horas. Essa inadequação resultou em cálculos equivocados de horas trabalhadas, exigindo posterior revisão integral das configurações e reprocessamento de informações já apuradas.

- **Necessidade de Retrabalho Operacional:** Em decorrência das falhas de configuração e das limitações do sistema, houve significativa necessidade de retrabalho por parte do setor de Recursos Humanos, tanto para correção de registros quanto para revalidação de cálculos já efetuados. Esse cenário impacta negativamente a eficiência administrativa e compromete a confiabilidade do controle automatizado, aumentando a dependência de conferências manuais.

1.3 Impacto no Interesse Público

As limitações identificadas na solução atualmente utilizada não se restringem a dificuldades operacionais internas, mas repercutem diretamente na gestão administrativa e na proteção do interesse público. O controle de jornada é instrumento essencial para assegurar a correta apuração da carga horária cumprida pelos empregados, a adequada gestão do banco de horas, a apuração de horas extras, atrasos e faltas, bem como o cumprimento das normas trabalhistas e acordos coletivos aplicáveis.

A ocorrência de instabilidades, falhas de parametrização e necessidade de retrabalho fragiliza a confiabilidade dos registros e amplia o risco de inconsistências na base de dados que subsidia a folha de pagamento. Eventuais erros na apuração de horas podem resultar em pagamentos indevidos ou insuficientes, gerando passivos trabalhistas e potenciais questionamentos administrativos ou judiciais.

Além disso, a dependência de conferências manuais e reprocessamentos compromete a eficiência do setor de Recursos Humanos, desviando tempo e recursos humanos de atividades estratégicas para a correção de falhas sistêmicas. Tal cenário impacta a economicidade e a boa governança administrativa, princípios que devem nortear a atuação da Administração Pública.

Dessa forma, a manutenção de solução tecnologicamente inadequada representa risco operacional e jurídico, justificando a adoção de ferramenta mais



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

robusta, estável e devidamente parametrizada às necessidades institucionais.

1.4 Necessidades Identificadas

A partir da análise técnica realizada e das dificuldades verificadas na solução vigente, foram identificadas necessidades institucionais que deverão ser plenamente atendidas pela nova contratação. A solução a ser adotada deverá assegurar interface intuitiva e centralização das funcionalidades de gestão de ponto, de modo a simplificar os fluxos operacionais e reduzir a dependência de múltiplas ferramentas internas para o cálculo e conferência das jornadas.

É imprescindível que o sistema permita parametrização adequada às regras internas e à legislação trabalhista, com cálculos automáticos confiáveis e rastreáveis, especialmente no que se refere a banco de horas, tolerâncias, jornadas diferenciadas e autorizações prévias. A ferramenta deverá oferecer estabilidade de acesso, disponibilidade contínua e suporte técnico eficiente, garantindo que eventuais ajustes sejam realizados de forma tempestiva e adequada.

Também se revela necessária a redução de retrabalho administrativo, mediante automatização efetiva dos processos de apuração e validação, assegurando que as informações registradas possam ser utilizadas com segurança para fins de auditoria, fiscalização e integração com demais rotinas de pessoal.

Em síntese, a nova solução deverá proporcionar confiabilidade, segurança jurídica, eficiência operacional e governança adequada das informações relativas à jornada de trabalho.

1.5 Possibilidade de Solução Integrada

Durante a análise preliminar de mercado, verificou-se que diversos fornecedores disponibilizam soluções em que o módulo de controle de jornada integra-se nativamente a outros módulos de gestão de Recursos Humanos, tais como Saúde e Segurança do Trabalho (SST), Gestão de Benefícios, Gestão de Remunerações, além de Ecossistemas Integrados de RH para assentamentos funcionais operando em base única de dados e com integração automática de informações.

Embora a demanda prioritária estabelecida seja o controle de jornada, a adoção de solução integrada poderá representar ganho adicional de eficiência



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

administrativa, na medida em que elimina redundâncias de lançamento, reduz inconsistências entre sistemas distintos e fortalece a governança das informações de pessoal. A integração entre módulos tende a otimizar fluxos operacionais, especialmente quando há reflexos diretos na folha de pagamento, nos afastamentos, nos benefícios e nas obrigações acessórias.

Assim, a possibilidade de contratação de solução integrada será analisada sob o prisma da vantajosidade técnica e econômica, considerando critérios como redução de retrabalho, melhoria da rastreabilidade, estabilidade sistêmica e racionalização de custos administrativos. A decisão final quanto ao modelo a ser adotado será fundamentada na alternativa que melhor atenda ao interesse público e às necessidades institucionais do CREFITO-8.

2 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Objetivo Geral

A contratação visa à disponibilização de solução informatizada para controle eletrônico de jornada dos empregados do CREFITO-8, em ambiente web e nuvem (SaaS), com possibilidade de integração a módulos de gestão de Recursos Humanos, assegurando aderência à legislação trabalhista, confiabilidade dos registros e automação das rotinas administrativas relacionadas à jornada.

2.2 Requisitos Gerais e Funcionais da Solução

A solução deverá atender a requisitos funcionais compatíveis com sistemas integrados de gestão de pessoas, contemplando, no mínimo, as seguintes capacidades organizadas por domínio funcional:

2.2.1 Cadastro e Estrutura de Dados

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) manutenção de cadastro único de empregados, com armazenamento estruturado de dados funcionais e históricos;
- b) compartilhamento automático de dados entre os módulos do sistema, evitando redundâncias;
- c) controle de histórico de alterações cadastrais, preservando versões anteriores das informações;
- d) possibilidade de parametrização de estruturas organizacionais, cargos,



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

funções e lotações;

- e) suporte ao registro de múltiplos vínculos ou situações funcionais, quando aplicável;
- f) consistência e integridade dos dados armazenados, com validações automáticas.

2.2.2 Perfis de Acesso e Controle de Usuários

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) gerenciamento de usuários com definição de perfis de acesso distintos;
- b) controle de permissões por funcionalidade, módulo e nível hierárquico;
- c) restrição de acesso às informações conforme perfil e responsabilidade do usuário;
- d) possibilidade de criação de perfis personalizados;
- e) autenticação de usuários com mecanismos seguros;
- f) registro de acessos e tentativas de acesso ao sistema.

2.2.3 Auditoria, Rastreabilidade e Controle

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) registro de trilhas de auditoria para todas as operações relevantes realizadas no sistema;
- b) identificação do usuário responsável por cada ação, com data e hora;
- c) rastreabilidade de inclusões, alterações e exclusões de dados;
- d) consulta a histórico de operações realizadas;
- e) controle de integridade das informações registradas;
- f) disponibilização de registros para fins de auditoria interna e controle.

2.2.4 Workflow e Gestão de Processos

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) definição de fluxos de trabalho para processos administrativos;
- b) estabelecimento de etapas, responsáveis e níveis de aprovação;
- c) tramitação eletrônica de solicitações entre usuários e gestores;
- d) geração de notificações automáticas em cada etapa do processo;
- e) controle de prazos e pendências;
- f) possibilidade de substituição de responsáveis em fluxos de aprovação, quando necessário.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

2.2.5 Relatórios, Consultas e Extração de Dados

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) geração de relatórios operacionais e gerenciais;
- b) possibilidade de personalização de relatórios conforme necessidade institucional;
- c) exportação de dados em formatos usuais de mercado;
- d) consulta dinâmica de informações cadastradas no sistema;
- e) consolidação de dados para apoio à tomada de decisão;
- f) emissão de relatórios com filtros e parâmetros configuráveis.

2.2.6 Usabilidade e Operação do Sistema

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) envio de notificações automáticas sobre eventos, pendências e prazos;
- b) alertas relacionados a inconsistências ou ações necessárias;
- c) comunicação entre usuários e gestores dentro do sistema;
- d) acompanhamento de solicitações e demandas pelos usuários;
- e) registro de interações realizadas no sistema.

2.2.7 Notificações e Comunicação com Usuários

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) envio de notificações automáticas sobre eventos, pendências e prazos;
- b) alertas relacionados a inconsistências ou ações necessárias;
- c) comunicação entre usuários e gestores dentro do sistema;
- d) acompanhamento de solicitações e demandas pelos usuários;
- e) registro de interações realizadas no sistema.

2.2.8 Segurança da Informação e Proteção de Dados

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) controle de acesso às informações com base em perfis e permissões;
- b) proteção dos dados contra acesso não autorizado;
- c) armazenamento seguro das informações em ambiente controlado;
- d) realização de backups periódicos e mecanismos de recuperação de dados;
- e) conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- f) garantia de confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

2.2.9 Parametrização e Flexibilidade da Solução



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) possibilidade de configuração das regras de negócio conforme normas institucionais;
- b) adaptação às regras trabalhistas vigentes e acordos coletivos;
- c) flexibilidade para ajustes operacionais sem necessidade de desenvolvimento adicional;
- d) atualização contínua da solução para atendimento a alterações legais;
- e) capacidade de evolução da solução conforme necessidades futuras.

2.3 Requisitos Específicos – Controle de Jornada e Ponto Eletrônico

A solução deverá contemplar módulo completo de controle de jornada, abrangendo registro, tratamento, apuração e gestão das informações, observando, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

2.3.1 Registro de Jornada

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) registro eletrônico de ponto com múltiplas marcações diárias (entrada, saída e intervalos);
- b) identificação inequívoca do empregado no momento do registro;
- c) registro com data e hora automática, sem possibilidade de edição pelo usuário final;
- d) possibilidade de configuração de diferentes formas de registro (web, mobile, entre outros);
- e) controle de marcações realizadas fora das regras estabelecidas (para casos específicos);
- f) prevenção e/ou sinalização de registros duplicados ou inconsistentes;
- g) funcionamento contínuo do registro, com sincronização posterior em caso de indisponibilidade momentânea de conexão, quando aplicável;
- h) vinculação de cada registro ao respectivo usuário, com rastreabilidade completa.

2.3.2 Parametrização de Jornadas e Escalas

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) cadastro e parametrização de jornadas de trabalho diversas;
- b) definição de escalas fixas, móveis e diferenciadas;



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- c) configuração de jornadas por empregado, setor ou função;
- d) parametrização de intervalos intrajornada e interjornada;
- e) definição de tolerâncias para atrasos e saídas antecipadas;
- f) aplicação automática das regras parametrizadas no cálculo da jornada;
- g) flexibilidade para alteração de jornadas conforme necessidade institucional;
- h) controle de jornadas especiais, quando aplicável.

2.3.3 Apuração e Cálculo da Jornada

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) cálculo automático das horas trabalhadas com base nas marcações registradas;
- b) apuração de horas extras, adicionais e compensações;
- c) controle de atrasos, saídas antecipadas e ausências;
- d) aplicação automática de regras legais e institucionais no cálculo da jornada;
- e) processamento de jornadas conforme diferentes regimes de trabalho;
- f) fechamento de períodos de apuração conforme parametrização;
- g) reproprocessamento de cálculos em caso de ajustes ou alterações;
- h) consistência entre registros, cálculos e relatórios gerados.

2.3.4 Gestão de Banco de Horas

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) controle automatizado do banco de horas;
- b) parametrização de regras de compensação;
- c) registro de créditos e débitos de horas;
- d) controle de prazos para compensação;
- e) acompanhamento do saldo individual de banco de horas;
- f) possibilidade de diferentes políticas de compensação;
- g) integração do banco de horas com os cálculos de jornada;
- h) geração de relatórios de acompanhamento.

2.3.5 Gestão de Ocorrências e Justificativas

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) registro de ocorrências relacionadas à jornada (faltas, atrasos, afastamentos, entre outros);
- b) cadastro de tipos de ocorrências e justificativas;



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- c) solicitação de ajustes de ponto pelos empregados;
- d) anexação de documentos comprobatórios às solicitações;
- e) fluxo de aprovação por gestores;
- f) controle do status das solicitações (pendente, aprovado, rejeitado);
- g) registro histórico das ocorrências e justificativas;
- h) vinculação das ocorrências aos registros de jornada.

2.3.6 Tratamento de Inconsistências

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) identificação automática de inconsistências nos registros de ponto;
- b) sinalização de pendências para usuários e gestores;
- c) tratamento das inconsistências por meio de fluxos de ajuste;
- d) bloqueio ou controle de registros que não atendam às regras definidas;
- e) acompanhamento das inconsistências até sua regularização;
- f) registro de histórico de correções realizadas;
- g) garantia de integridade após tratamento das ocorrências.

2.3.7 Relatórios e Acompanhamento

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) emissão de relatórios de folha de ponto;
- b) relatórios de banco de horas;
- c) relatórios de atrasos, faltas e inconsistências;
- d) relatórios consolidados por empregado, setor ou período;
- e) possibilidade de filtros e parametrização de consultas;
- f) exportação de relatórios em formatos usuais;
- g) disponibilização de informações para acompanhamento gerencial;
- h) consistência entre relatórios e dados registrados no sistema.

2.3.8 Acesso do Empregado e do Gestor

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) acesso individual do empregado às suas marcações e saldo de horas;
- b) visualização do histórico de registros e ocorrências;
- c) acompanhamento de solicitações e ajustes realizados;
- d) acesso do gestor às informações de sua equipe;
- e) validação e aprovação de ajustes de jornada;
- f) acompanhamento de indicadores de frequência e assiduidade;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- g) interface adequada para diferentes perfis de usuário.

2.3.9 Auditoria e Rastreabilidade da Jornada

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) registro de todas as alterações realizadas nos registros de ponto;
- b) identificação do responsável por cada alteração;
- c) registro de data e hora das modificações;
- d) manutenção do histórico completo das informações;
- e) possibilidade de auditoria das alterações realizadas;
- f) integridade dos dados após ajustes;
- g) rastreabilidade entre registros originais e alterações posteriores.

2.3.10 Registro de Ponto por Dispositivos Móveis (Mobile)

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) disponibilização de aplicativo ou interface responsiva para dispositivos móveis compatível com os principais sistemas operacionais;
- b) registro de ponto eletrônico por meio de dispositivos móveis, com múltiplas marcações diárias;
- c) identificação do usuário no momento do registro, garantindo a vinculação inequívoca da marcação;
- d) utilização de geolocalização para validação do local do registro, com possibilidade de parametrização de áreas permitidas ou restritas;
- e) controle de registros realizados fora da área geográfica definida, com possibilidade de bloqueio ou sinalização;
- f) funcionamento com sincronização automática dos dados com a base central do sistema;
- g) possibilidade de operação em cenários de mobilidade, incluindo atividades externas, conforme regras parametrizadas;
- h) registro das informações de data, hora e localização associadas à marcação;
- i) disponibilização de alertas e notificações ao usuário relacionadas ao registro de ponto;
- j) consulta, por meio do dispositivo móvel, das marcações realizadas, saldo de horas e eventuais pendências;
- k) garantia de segurança das informações trafegadas entre o dispositivo e o



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

sistema, com uso de mecanismos de proteção adequados;

- I) interface simplificada e adequada ao uso em dispositivos móveis, garantindo facilidade de utilização.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

2.4 Requisitos Adicionais – Solução Integrada de Gestão de Recursos Humanos

Caso a Administração opte pela contratação de solução integrada de Gestão de Recursos Humanos, além dos requisitos mínimos para controle de jornada, o sistema deverá contemplar módulos complementares plenamente integrados em base única de dados, observando os requisitos a seguir.

2.4.1 Módulo de Saúde e Segurança do Trabalho (SST)

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) gestão completa de eventos de Saúde e Segurança do Trabalho, com aderência às exigências legais e integração com eSocial;
- b) administração de programas como PCMSO e PGR;
- c) controle de exames admissionais, periódicos, demissionais e complementares, com agendamento e registro de resultados;
- d) gestão de atestados médicos com registro de CID e totalização automática de dias de afastamento;
- e) controle de treinamentos obrigatórios relacionados à segurança do trabalho;
- f) armazenamento digital de documentos exigidos em fiscalizações;
- g) emissão de relatórios gerenciais e operacionais relacionados a afastamentos, riscos e obrigações legais.

2.4.2 Módulo de Gestão de Benefícios

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) gestão e parametrização de benefícios obrigatórios e facultativos;
- b) cálculo automatizado de vale-transporte com base nos registros de jornada;
- c) gestão de planos de saúde, com controle por faixa etária, tempo de empresa ou valor fixo;
- d) integração automática dos dados de benefícios com a folha de pagamento;
- e) controle de alterações de faixas, convênios e elegibilidade;
- f) geração de relatórios para conferência e prestação de contas;
- g) parametrização conforme regras institucionais ou acordos coletivos.

2.4.3 Módulo de Gestão de Cargos e Salários

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) estruturação e gerenciamento de tabelas salariais;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- b) cadastro e descrição de cargos;
- c) gestão do quadro de pessoal;
- d) apoio à definição de políticas de remuneração;
- e) ferramentas para acompanhamento de evolução de salário e carreira dos empregados.

2.4.4 Ecossistema Integrado de RH

A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) base única de dados para todos os módulos contratados;
- b) integração automática entre controle de jornada, folha, benefícios, SST e remuneração;
- c) eliminação de lançamentos duplicados e retrabalho operacional;
- d) atualização automática de reflexos na folha de pagamento decorrentes de eventos de jornada, afastamentos ou benefícios;
- e) integração com eSocial e demais obrigações acessórias;
- f) parametrização centralizada de regras trabalhistas e sindicais;
- g) rastreabilidade completa das alterações realizadas no sistema;
- h) ambiente 100% web, com acesso remoto seguro;
- i) possibilidade de expansão modular futura sem necessidade de substituição da plataforma.

3 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

3.1 Quantitativo de Usuários

A estimativa das quantidades necessárias para a contratação foi realizada com base no número atual de empregados vinculados ao quadro funcional do CREFITO-8 e na necessidade efetiva de utilização do sistema de controle de jornada.

Atualmente, o Conselho possui **44 empregados ativos**, porém nem todos estão submetidos ao controle formal de jornada. Considerando a estrutura organizacional vigente, estima-se que **aproximadamente 30 empregados realizem registro regular de jornada**, sendo estes os principais usuários da funcionalidade de registro de ponto eletrônico.

Dessa forma, para fins de controle de jornada, a solução deverá suportar **no mínimo 30 usuários com registro individual de ponto**, além de permitir acessos



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

administrativos para gestores e responsáveis pela gestão do sistema.

Caso a Administração opte pela contratação de **solução integrada de Gestão de Recursos Humanos**, contemplando módulos adicionais além do controle de jornada, a plataforma deverá ser capaz de cadastrar e gerenciar **a totalidade dos empregados do Conselho, atualmente estimada em 44 usuários**, possibilitando a utilização dos demais módulos institucionais eventualmente contratados.

3.2 Memória de Cálculo

A estimativa foi construída a partir da seguinte base de cálculo:

- Quantidade total de empregados ativos: **44**
- Empregados sujeitos ao controle regular de jornada: **aproximadamente 30**

Assim, para o módulo de controle de jornada, considera-se como quantitativo mínimo necessário **30 usuários com registro ativo de ponto**, além de perfis administrativos e de gestão do sistema. Nos casos em que a solução contratada contemple módulos adicionais de gestão de Recursos Humanos, o sistema deverá possibilitar o cadastro e a gestão da totalidade dos empregados do Conselho.

3.3 Margem de Expansão

Considerando a possibilidade de alterações no quadro funcional ao longo da vigência contratual, bem como a eventual inclusão de novos usuários com acesso administrativo ou gerencial ao sistema, a solução deverá possuir capacidade de expansão do número de usuários cadastrados.

Para fins de planejamento da contratação, recomenda-se que a plataforma comporte **margem de crescimento de até 30% em relação ao quantitativo atual**, sem necessidade de reestruturação tecnológica ou migração de sistema.

Essa margem visa assegurar flexibilidade administrativa e prevenir a necessidade de novas contratações ou ajustes contratuais em decorrência de eventuais ampliações do quadro de pessoal.

4 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1 Metodologia do Levantamento

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as alternativas tecnológicas disponíveis para atender à necessidade institucional de controle de jornada dos empregados do CREFITO-8.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

A análise considerou diferentes modelos de controle de ponto utilizados por organizações públicas e privadas, bem como soluções tecnológicas disponíveis comercialmente que atendem às exigências legais relativas ao registro de jornada, gestão de banco de horas e geração de registros auditáveis. Foram consideradas tanto soluções tradicionais quanto soluções digitais atualmente utilizadas no mercado, permitindo a identificação das principais abordagens aplicáveis ao contexto institucional.

4.2 Modelos Tradicionais de Controle de Jornada

Durante o levantamento foram identificadas diferentes formas de controle de jornada tradicionalmente utilizadas pelas organizações.

4.2.1 Registro Manual de Ponto

O registro manual consiste na anotação das jornadas de trabalho em folhas ou formulários físicos assinados pelos empregados. Embora esse modelo ainda seja permitido pela legislação trabalhista em determinadas situações, ele apresenta limitações significativas, tais como:

- baixa confiabilidade dos registros;
- elevada suscetibilidade a erros ou fraudes;
- necessidade de controle manual e conferência permanente;
- dificuldade de auditoria e rastreabilidade.

Diante dessas limitações, essa alternativa **não se mostra adequada** à realidade administrativa atual do CREFITO-8.

4.2.2 Relógio de Ponto Eletrônico (REP)

Uma alternativa tradicional consiste na utilização de relógios de ponto eletrônico, conhecidos como Registradores Eletrônicos de Ponto (REP), instalados fisicamente nas dependências da instituição. Nesse modelo, os empregados registram suas jornadas por meio de identificação biométrica, cartão ou senha. Embora seja solução amplamente utilizada, apresenta algumas limitações operacionais, tais como:

- necessidade de aquisição e manutenção de equipamentos físicos;
- restrição ao registro de ponto presencial;
- limitação para atividades externas ou teletrabalho;
- necessidade de integração posterior com sistemas de gestão administrativa.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

Além disso, a gestão de banco de horas e o tratamento de inconsistências geralmente dependem de sistemas complementares, motivo pelo qual a alternativa **não se mostra adequada** à realidade administrativa atual do CREFITO-8.

4.2.3 Controle de Ponto por Planilhas ou Sistemas Simplificados

Algumas organizações utilizam planilhas eletrônicas ou sistemas simplificados para registro e acompanhamento da jornada. Contudo, essa abordagem apresenta riscos relevantes, como:

- alta dependência de lançamentos manuais;
- maior possibilidade de inconsistências nos cálculos;
- ausência de rastreabilidade adequada;
- fragilidade em auditorias ou fiscalizações.

Assim, essa alternativa **não é recomendada para ambientes institucionais** que demandam maior segurança administrativa.

4.3 Sistemas Digitais de Controle de Jornada

Com o avanço tecnológico e a ampliação do trabalho remoto e das atividades externas, consolidou-se no mercado o uso de **sistemas digitais de controle de jornada**, operados em ambiente web ou em aplicativos móveis.

Essas soluções permitem:

- registro eletrônico de ponto por dispositivos móveis ou computador;
- controle automatizado de banco de horas;
- registro com geolocalização;
- gestão de escalas e jornadas;
- geração de relatórios gerenciais;
- integração com sistemas administrativos.

Dentro dessa categoria foram identificadas duas abordagens predominantes no mercado.

4.3.1 Sistema Especializado de Controle de Jornada

Essa alternativa consiste na contratação de sistema dedicado exclusivamente à gestão da jornada de trabalho. Entre suas principais características destacam-se:

- foco específico na gestão do ponto eletrônico;
- implementação relativamente simples;
- menor escopo funcional;



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- possibilidade de integração com outros sistemas administrativos.

Entretanto, essa solução mantém separadas outras rotinas de gestão de Recursos Humanos, podendo exigir utilização de sistemas distintos para gestão de benefícios, afastamentos, remuneração ou saúde ocupacional.

4.3.2 Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos

A segunda abordagem identificada consiste na contratação de **sistemas integrados de gestão de Recursos Humanos**, nos quais o controle de jornada funciona como um módulo dentro de um ecossistema mais amplo de gestão de pessoal. Essas plataformas normalmente operam em ambiente de nuvem e oferecem funcionalidades integradas como:

- controle de jornada;
- gestão de saúde e segurança do trabalho (SST);
- gestão de benefícios;
- gestão de cargos e salários;
- integração com folha de pagamento e obrigações trabalhistas.

A utilização de base única de dados permite integração automática entre os módulos, reduzindo a necessidade de lançamentos duplicados e ampliando a rastreabilidade das informações.

4.4 Análise Comparativa das Alternativas

A análise das alternativas identificadas permite comparar os diferentes modelos de controle de jornada disponíveis no mercado.

Alternativa	Características	Limitações
Registro manual	Simplicidade operacional	Baixa confiabilidade, alto risco de erros e ausência de automação
Relógio de ponto eletrônico (REP)	Registro biométrico ou por cartão	Dependência de equipamentos físicos e limitação para atividades externas
Planilhas ou sistemas simplificados	Baixo custo inicial	Alto risco de inconsistências e ausência de controle automatizado
Sistema digital especializado de controle de jornada	Automação do controle de ponto e banco de horas	Fragmentação das rotinas de RH
Sistema integrado de gestão de RH	Integração de múltiplos processos de gestão de pessoal	Implantação potencialmente mais complexa

Observa-se que as alternativas tradicionais apresentam limitações relevantes quanto à automação, rastreabilidade e governança das informações. As soluções digitais, por



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

sua vez, oferecem maior confiabilidade e aderência às necessidades institucionais contemporâneas.

4.5 Conclusão do Levantamento de Mercado

Considerando as alternativas analisadas, a equipe de planejamento entende que as soluções baseadas em sistemas digitais representam a abordagem mais adequada para atender às necessidades institucionais do CREFITO-8. Dentre as opções identificadas, a contratação de **sistema especializado de controle de jornada** apresenta-se como a alternativa mais aderente ao objeto principal da demanda, uma vez que atende diretamente à necessidade de registro e gestão da jornada de trabalho dos empregados, com menor complexidade de implantação e maior alinhamento ao escopo originalmente previsto no Documento de Formalização da Demanda – DFD.

Essa solução é suficiente para garantir a continuidade do serviço, a confiabilidade dos registros de ponto, a adequada gestão do banco de horas e a conformidade com a legislação trabalhista vigente. Não obstante, o levantamento de mercado identificou a existência de soluções mais amplas, baseadas em **plataformas integradas de gestão de Recursos Humanos**, que incluem o controle de jornada como um de seus módulos. Essas soluções apresentam potencial de ganhos adicionais, especialmente no que se refere à integração de informações, redução de retrabalho administrativo e melhoria da governança dos dados institucionais.

Dessa forma, a contratação de sistema integrado de gestão de Recursos Humanos poderá ser considerada como alternativa, desde que demonstrada sua vantajosidade técnica e econômica em relação à solução especializada, bem como sua aderência ao planejamento institucional e à disponibilidade orçamentária. Assim, o presente estudo prosseguirá considerando como **alternativa principal a contratação de sistema de controle de jornada**, mantendo como **alternativa secundária a contratação de solução integrada de gestão de Recursos Humanos**, a ser avaliada conforme critérios de conveniência e oportunidade da Administração.

5 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VI da Lei nº 14.133/2021, a estimativa do



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de mercado, com o objetivo de identificar valores praticados para soluções similares à pretendida. A pesquisa de preços foi realizada por meio do **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, considerando contratações de objetos compatíveis realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente no que se refere a sistemas de controle de jornada e soluções integradas de gestão de Recursos Humanos.

5.1 Valores encontrados para o software de controle de jornada de empregados

Órgão	Valor anual
Prefeitura Municipal de São Vendelino - RS	R\$ 15.945,24
Prefeitura Municipal de João Ramalho - SP	R\$ 14.278,80
Fundo Municipal de Educação - Carmo do Rio Verde - GO	R\$ 17.220,00
Município de União de Minas - MG	R\$ 21.312,00
Prefeitura Municipal de Conceição de Ipanema - MG	R\$ 15.805,40
Município de Adelândia - GO	R\$ 8.160,00
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais	R\$ 16.541,63
MÉDIA	R\$ 15.609,01

5.2 Valores encontrados para o software de gestão integrada de RH

Para o sistema de gestão integrada, a única proposta enviada que atende todos os critérios de módulos levantados neste estudo técnico foi a enviada pela empresa **Zahi Solution**, para implantação da plataforma **Benner RH**. O valor da proposta é de R\$ 114.926,04 mais um custo de implantação de R\$ 99.626,80, o que resulta em um custo total de **R\$ 214.552,84**.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com base nas análises realizadas no levantamento de mercado e nas necessidades institucionais identificadas neste estudo, foram identificadas soluções tecnológicas capazes de atender à demanda do CREFITO-8, sendo adotada como referência principal a contratação de sistema de controle de jornada, sem prejuízo da avaliação de solução integrada de gestão de Recursos Humanos como alternativa.

6.1 Solução Principal – Sistema de Controle de Jornada



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

A solução considerada mais adequada para atendimento imediato da demanda consiste na contratação de **sistema informatizado de controle eletrônico de jornada**, operado em ambiente web e em nuvem (Software as a Service – SaaS). A solução deverá permitir o registro eletrônico de ponto, a gestão automatizada do banco de horas, o controle de jornadas de trabalho e o acompanhamento das informações relacionadas à frequência dos empregados, de forma segura, confiável e aderente à legislação trabalhista vigente.

O sistema deverá possibilitar o registro de jornada por meio de dispositivos móveis e plataforma web, com suporte para múltiplas marcações diárias, aplicação de regras de tolerância, parametrização de escalas, identificação automática de inconsistências e tratamento das ocorrências relacionadas à jornada de trabalho. Deverá, ainda, contemplar funcionalidades que assegurem a rastreabilidade das informações, a geração de relatórios gerenciais e operacionais, a gestão de solicitações de ajustes e a disponibilização de acesso aos usuários para acompanhamento de seus registros e banco de horas.

A solução deverá operar em ambiente de nuvem, garantindo disponibilidade contínua, segurança da informação, armazenamento adequado dos dados e acesso remoto pelos usuários autorizados, sem necessidade de infraestrutura local dedicada. Adicionalmente, a contratação deverá contemplar os serviços necessários à plena utilização da solução, incluindo implantação, parametrização, suporte técnico, atualização do sistema e capacitação dos usuários.

6.2 Solução Alternativa – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos

Como alternativa, identificou-se no levantamento de mercado a existência de soluções mais abrangentes, baseadas em **plataformas integradas de gestão de Recursos Humanos**, nas quais o controle de jornada é disponibilizado como um de seus módulos. Essas soluções podem contemplar funcionalidades adicionais, tais como:

- a) gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SST);
- b) gestão de benefícios;
- c) gestão de remunerações e estrutura de cargos;
- d) integração entre diferentes rotinas administrativas em base única de dados.

A adoção de solução integrada apresenta potencial de ganhos adicionais em termos



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

de integração de informações, redução de retrabalho administrativo e melhoria da governança dos dados institucionais.

Entretanto, considerando que o objeto principal da demanda consiste no controle de jornada e que essa funcionalidade pode ser plenamente atendida por sistemas especializados, a solução integrada deverá ser avaliada sob a perspectiva de vantajosidade técnica e econômica, bem como quanto à sua aderência ao planejamento institucional e à disponibilidade orçamentária. Dessa forma, a contratação poderá contemplar solução integrada, desde que demonstrado que seus benefícios superam os custos e a complexidade adicional em relação à solução principal.

7 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, deve-se avaliar se o objeto da contratação admite parcelamento, considerando suas características técnicas e as condições de execução no mercado. No caso da presente contratação, a análise quanto ao parcelamento do objeto deve considerar as duas abordagens identificadas no levantamento de mercado: a contratação de sistema especializado de controle de jornada e a eventual contratação de solução integrada de gestão de Recursos Humanos.

7.1 Cenário 1 – Sistema de Controle de Jornada

No caso da contratação de sistema especializado de controle de jornada, verifica-se que o objeto possui natureza predominantemente indivisível, uma vez que as funcionalidades relacionadas ao registro de ponto, apuração de jornada, gestão de banco de horas e geração de relatórios compõem uma solução única e interdependente. A eventual divisão do objeto em múltiplos contratos poderia comprometer a integridade da solução, gerar dificuldades de integração entre componentes distintos e aumentar a complexidade operacional da gestão do sistema.

Além disso, a contratação de solução única favorece a definição clara de responsabilidades contratuais, reduz riscos operacionais e contribui para maior eficiência na implantação e manutenção da ferramenta. Dessa forma, conclui-se que, **para a contratação de sistema de controle de jornada, não se mostra vantajoso o parcelamento do objeto**, sendo mais adequada sua contratação de forma



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

unificada.

7.2 Cenário 2 – Solução Integrada de Gestão de Recursos Humanos

Na hipótese de adoção de solução integrada de gestão de Recursos Humanos, o parcelamento do objeto mostra-se ainda menos recomendável, em razão da natureza intrinsecamente integrada dessas plataformas. As soluções disponíveis no mercado são estruturadas com base em módulos interdependentes que compartilham a mesma base de dados e operam de forma sistêmica, de modo que a contratação de módulos distintos por fornecedores diferentes poderia resultar em:

- dificuldades de integração entre sistemas;
- inconsistências de dados;
- duplicidade de lançamentos;
- aumento do retrabalho administrativo;
- dificuldades na definição de responsabilidades contratuais.

Nesse contexto, a contratação de solução integrada exige que os módulos sejam fornecidos por um único fornecedor, garantindo a plena interoperabilidade e o adequado funcionamento da plataforma. Assim, conclui-se que, **para a hipótese de contratação de solução integrada de gestão de Recursos Humanos, o parcelamento do objeto não se mostra tecnicamente viável nem vantajoso** para a Administração.

7.3 Conclusão

Em ambos os cenários analisados, verifica-se que o parcelamento do objeto não apresenta ganhos técnicos ou econômicos relevantes, podendo, ao contrário, comprometer a eficiência da solução e aumentar os riscos operacionais. Dessa forma, conclui-se que a contratação deverá ser realizada sem parcelamento, de modo a assegurar a integridade da solução, a adequada definição de responsabilidades e a eficiência na execução contratual.

8 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Nos termos do art. 18, §1º, inciso IX da Lei nº 14.133/2021, a contratação deve demonstrar os resultados esperados em termos de economicidade, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. A contratação de solução tecnológica para controle de jornada tem como objetivo principal assegurar a confiabilidade dos registros de frequência dos empregados, a adequada gestão do



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

banco de horas e a conformidade com a legislação trabalhista, promovendo maior eficiência nas rotinas administrativas do CREFITO-8.

8.1. Resultados em Termos de Economicidade

A adoção de sistema informatizado de controle de jornada permitirá maior precisão na apuração das horas trabalhadas, reduzindo o risco de pagamentos indevidos decorrentes de inconsistências ou falhas operacionais. A automatização dos cálculos relacionados à jornada, banco de horas, atrasos e horas extras contribuirá para a redução de retrabalho administrativo, diminuindo a necessidade de conferências manuais e correções posteriores. Adicionalmente, a substituição da solução atual por sistema mais estável e parametrizável tende a reduzir custos indiretos relacionados a falhas operacionais, inconsistências de dados e suporte corretivo. Eventuais ganhos adicionais de economicidade poderão ser observados caso a Administração opte por solução integrada de gestão de Recursos Humanos, em razão da centralização de funcionalidades e da redução da necessidade de sistemas paralelos.

8.2. Resultados em termos de aproveitamento de recursos humanos

A implementação da nova solução permitirá a racionalização das atividades operacionais do setor de Recursos Humanos, especialmente aquelas relacionadas à conferência de registros de jornada, tratamento de inconsistências e apuração de horas trabalhadas. Com a automatização dos processos, espera-se redução significativa do tempo dedicado a atividades manuais e repetitivas, possibilitando que a equipe concentre esforços em atividades de maior valor estratégico, como acompanhamento da força de trabalho, análise de indicadores e apoio à gestão institucional. A disponibilização de acesso direto aos empregados e gestores para consulta de informações, solicitação de ajustes e acompanhamento do banco de horas contribuirá para descentralizar rotinas administrativas e reduzir a sobrecarga operacional do setor responsável. Caso seja adotada solução integrada de gestão de Recursos Humanos, esses ganhos poderão ser ampliados, com maior integração de processos e melhor organização das informações funcionais.

8.3 Resultados em termos de aproveitamento de recursos materiais e governança da informação

A adoção de solução digital para controle de jornada permitirá a centralização



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

das informações atualmente dispersas em diferentes ferramentas administrativas, reduzindo a dependência de controles paralelos e de registros descentralizados. A substituição de práticas baseadas em múltiplos sistemas e planilhas por uma plataforma estruturada tende a simplificar os fluxos administrativos, melhorar a organização das informações e facilitar o acesso aos dados pelos usuários autorizados. A centralização das informações relacionadas à jornada de trabalho, ocorrências e registros administrativos contribuirá para maior consistência dos dados, redução de redundâncias e melhoria da rastreabilidade das informações institucionais. Adicionalmente, o armazenamento estruturado das informações em sistema especializado favorece a segurança dos dados, a recuperação de informações e o atendimento a demandas de auditoria e controle interno. A eventual adoção de solução integrada de gestão de Recursos Humanos poderá ampliar esses benefícios, permitindo a consolidação de outras rotinas administrativas em ambiente único.

8.4 Resultados em termos de efetividade do controle de jornada

A implementação da solução permitirá maior efetividade no controle da jornada de trabalho, por meio da automatização dos registros, da aplicação consistente das regras de negócio e da identificação automática de inconsistências. A utilização de funcionalidades como parametrização de jornadas, controle de banco de horas, rastreabilidade de alterações e geração de relatórios contribui para garantir maior confiabilidade das informações e transparência na gestão da frequência dos empregados. Além disso, o sistema permitirá maior capacidade de acompanhamento por parte dos gestores, possibilitando atuação mais tempestiva na correção de inconsistências e no controle da assiduidade. Dessa forma, espera-se maior segurança jurídica, melhoria na qualidade dos registros administrativos e fortalecimento dos mecanismos de controle interno relacionados à gestão de jornada.

9 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Nos termos do art. 18, §1º, inciso X da Lei nº 14.133/2021, devem ser identificadas as providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, com o objetivo de assegurar condições adequadas para a implantação e execução da solução contratada.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

Considerando a natureza da solução pretendida, baseada em sistema informatizado operado em ambiente web, não se verifica a necessidade de adaptações estruturais ou intervenções físicas nas instalações do CREFITO-8 para viabilizar sua implementação. Entretanto, algumas providências administrativas deverão ser adotadas pela Administração com vistas à adequada implantação da solução, dentre as quais destacam-se:

- a) levantamento e organização das informações necessárias à parametrização inicial do sistema, tais como cadastro de empregados, definição de jornadas de trabalho, escalas, regras de banco de horas e demais parâmetros institucionais;
- b) definição das regras institucionais que deverão ser configuradas no sistema, incluindo políticas de controle de jornada, tolerâncias de horário, critérios de compensação de horas e procedimentos de tratamento de inconsistências;
- c) planejamento da migração ou cadastramento das informações necessárias à implantação da solução, incluindo dados cadastrais básicos dos empregados e eventuais registros administrativos que precisem ser considerados na configuração inicial da ferramenta;
- d) definição dos perfis de acesso e níveis de permissão dos usuários internos que utilizarão o sistema, contemplando empregados, gestores e administradores da plataforma;
- e) avaliação das necessidades de integração da solução com sistemas administrativos eventualmente utilizados pelo Conselho, especialmente aqueles relacionados à gestão de pessoal ou rotinas administrativas;
- f) realização de capacitação inicial dos usuários responsáveis pela administração e operação do sistema, especialmente os profissionais do setor de Recursos Humanos que atuarão diretamente na gestão da ferramenta;
- g) elaboração e divulgação de orientações internas aos empregados quanto à utilização do novo sistema, incluindo procedimentos de registro de jornada, solicitação de ajustes e acompanhamento do banco de horas, bem como, quando aplicável, rotinas relacionadas à gestão de benefícios institucionais, como envio de documentos e comprovantes vinculados a benefícios como auxílio-creche e auxílio autocuidado.



CREFITO 8

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Nos termos do art. 18, §1º, inciso XI da Lei nº 14.133/2021, deve-se verificar a existência de contratações correlatas ou interdependentes que possam influenciar o planejamento e a execução da contratação pretendida.

No que se refere ao objeto deste estudo, identifica-se a existência de contrato vigente com a empresa **PONTOTECH COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE**, atualmente responsável pelo fornecimento da solução de controle de jornada utilizada pelo CREFITO-8. O referido contrato possui vigência até **5 de julho de 2026**, não sendo passível de prorrogação, o que impõe a necessidade de realização de nova contratação para garantir a continuidade do serviço.

Nesse contexto, destaca-se a importância de que **a nova contratação seja realizada de forma antecipada ao término do contrato vigente**, de modo a viabilizar a adequada transição entre as soluções. Essa transição envolve atividades como parametrização do novo sistema, migração ou reconfiguração de dados, capacitação dos usuários e testes operacionais, etapas essenciais para assegurar a continuidade e a confiabilidade do controle de jornada. A não observância desse planejamento poderá resultar em descontinuidade do serviço, inconsistências nos registros de jornada e prejuízos às rotinas administrativas do Conselho.

Dessa forma, a presente contratação possui relação direta com o contrato atualmente vigente, sendo essencial que seu planejamento considere o prazo de encerramento contratual e as necessidades de transição entre as soluções.

11 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Nos termos do art. 18, §1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021, devem ser avaliados os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação, bem como as medidas mitigadoras aplicáveis. Considerando que a solução pretendida consiste na contratação de sistema informatizado operado em ambiente de nuvem (SaaS), não se identificam impactos ambientais diretos relevantes relacionados à sua implementação, uma vez que não envolve aquisição de equipamentos físicos ou realização de intervenções estruturais.

Ao contrário, a adoção de solução digital tende a gerar impactos ambientais



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

positivos, especialmente pela redução do uso de papel e da necessidade de armazenamento físico de documentos relacionados ao controle de jornada, como folhas de ponto, formulários de justificativas e registros administrativos. Adicionalmente, a centralização das informações em plataforma digital contribui para a racionalização dos fluxos administrativos, reduzindo a dependência de impressões e deslocamentos físicos para assinatura ou validação de documentos.

A eventual não adoção de equipamentos físicos, como relógios de ponto convencionais, também evita a geração de resíduos eletrônicos e a necessidade de manutenção de dispositivos, contribuindo para práticas mais sustentáveis. Dessa forma, a contratação pretendida está alinhada aos princípios de sustentabilidade administrativa, promovendo a digitalização de processos, a redução do consumo de recursos materiais e a adoção de soluções tecnológicas mais eficientes do ponto de vista ambiental.

12. ADEQUAÇÃO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Nos termos do art. 18, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021, a contratação deve estar alinhada ao planejamento institucional, especialmente ao Plano de Contratações Anual (PCA), quando existente. A presente demanda encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual vigente, no que se refere à contratação de solução de controle de jornada dos empregados do CREFITO-8, conforme estabelecido no Documento de Formalização da Demanda – DFD.

Entretanto, a possibilidade de contratação de solução integrada de gestão de Recursos Humanos, contemplando módulos adicionais além do controle de jornada, não está prevista no PCA vigente, uma vez que essa ampliação de escopo foi identificada no decorrer dos estudos técnicos preliminares, a partir do levantamento de mercado e da análise das necessidades institucionais.

Dessa forma, a contratação poderá ser conduzida com base no escopo inicialmente previsto — controle de jornada —, sendo a eventual ampliação para solução integrada condicionada à análise de vantajosidade e à deliberação da Administração, considerando o alinhamento com o planejamento institucional e a disponibilidade orçamentária.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após a análise detalhada realizada neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de solução tecnológica para controle de jornada de trabalho é necessária, viável e estratégica para o atendimento das demandas administrativas do CREFITO-8, conforme evidenciado ao longo deste estudo.

13.1 Necessidade Identificada

A contratação da solução atende à necessidade institucional de substituição do sistema atualmente utilizado, o qual apresenta limitações técnicas e operacionais que comprometem a confiabilidade dos registros e a eficiência das rotinas administrativas.

A adoção de nova solução permitirá maior segurança jurídica, melhoria na apuração da jornada de trabalho e redução de retrabalho operacional, alinhando o Conselho às boas práticas de gestão de pessoal.

13.2 Viabilidade Técnica

A solução de controle de jornada atende plenamente aos requisitos técnicos definidos neste estudo, contemplando funcionalidades essenciais como registro eletrônico de ponto, controle automatizado de banco de horas, parametrização de jornadas, tratamento de inconsistências e geração de relatórios gerenciais.

As soluções disponíveis no mercado demonstram maturidade tecnológica e aderência às normas legais aplicáveis, sendo capazes de atender às necessidades institucionais com confiabilidade e segurança.

Adicionalmente, verificou-se a existência de soluções integradas de gestão de Recursos Humanos, tecnicamente viáveis e com maior abrangência funcional, as quais poderão ser consideradas em momento oportuno, conforme planejamento institucional.

13.3 Viabilidade Operacional

A contratação é operacionalmente viável, considerando que:

- a solução poderá ser implantada sem necessidade de adaptações estruturais no ambiente do Conselho;
- os fornecedores disponíveis no mercado possuem capacidade técnica para implantação, suporte e manutenção da solução;
- o sistema atenderá adequadamente ao quantitativo de usuários do Conselho, com



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

possibilidade de expansão;

a operacionalização da ferramenta permitirá maior autonomia aos usuários e redução da sobrecarga do setor de Recursos Humanos.

13.4 Viabilidade Orçamentária

Com base no levantamento de mercado realizado, verifica-se que a contratação de sistema especializado de controle de jornada apresenta custos compatíveis com a realidade orçamentária do CREFITO-8, atendendo aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

Por outro lado, as soluções integradas de gestão de Recursos Humanos, embora tecnicamente vantajosas e capazes de promover ganhos adicionais de eficiência e governança, apresentam custo significativamente superior, o que impacta sua viabilidade no presente exercício financeiro.

Dessa forma, considerando o cenário orçamentário atual, a equipe de planejamento entende que a contratação da solução integrada não se mostra, neste momento, a alternativa mais adequada sob o ponto de vista econômico.

Entretanto, reconhece-se o potencial estratégico dessas plataformas, razão pela qual se recomenda que a Administração avalie sua inclusão no planejamento orçamentário do próximo exercício, com vistas à futura modernização integrada da gestão de Recursos Humanos.

13.5 Benefícios Esperados

13.5.1 Técnicos e Operacionais

A contratação permitirá maior confiabilidade nos registros de jornada, automatização dos cálculos e melhoria na gestão de informações, reduzindo erros operacionais e facilitando auditorias.

13.5.2 Econômicos

A solução contribuirá para a prevenção de passivos trabalhistas, redução de retrabalho e melhor utilização dos recursos administrativos disponíveis.

13.5.3 Estratégicos

A modernização do controle de jornada fortalecerá a governança institucional e permitirá evolução gradual para modelos mais integrados de gestão de pessoas.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

13.6 Parecer Final da Equipe Técnica

Diante das análises realizadas, a equipe técnica manifesta-se **favorável à contratação de sistema de controle eletrônico de jornada de trabalho**, por se tratar da alternativa que melhor atende, no presente momento, às necessidades institucionais do CREFITO-8, com adequada relação entre custo e benefício.

Adicionalmente, a equipe recomenda que a Administração considere, no planejamento orçamentário do exercício seguinte, a possibilidade de **adoção de solução integrada de gestão de Recursos Humanos**, de modo a ampliar a eficiência administrativa e a integração dos processos institucionais.

Documento assinado digitalmente
gov.br IZAIAS SOUSA SILVA JUNIOR
Data: 26/03/2026 10:12:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Izaias Sousa Silva Junior

Assistente Administrativo

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRE GABRIEL DA SILVA
Data: 26/03/2026 08:50:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André Gabriel da Silva

Assistente Administrativo



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO E A EMPRESA_____.

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, com sede na Rua Padre Germano Mayer, 2272, Hugo Lange, CEP 80.040-170, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ 68.576.800/0001-99, neste ato, representada por seu Presidente, Dr. Bruno Gil Aldenucci, doravante denominado CONTRATANTE, e _____, inscrito no CNPJ _____, sediado na _____, neste ato representada por _____, conforme documentos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo de Licitação Administrativo SEI nº _____ e, em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato Administrativo, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução integrada de controle de jornada para o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região (CREFITO-8), abrangendo funcionalidades essenciais ao controle eletrônico de jornada, incluindo registro de ponto, gestão de banco de horas, geolocalização, relatórios gerenciais, segregação de perfis de acesso, armazenamento de documentos e suporte técnico contínuo.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente da transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

1.3.2. O Edital da Licitação.

1.3.3. A proposta do contratado.

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência do presente Termo será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, caso haja interesse da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total anual da contratação é de R\$ _____(_____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

7.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, contado do início da vigência do contrato, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do IPCA – Índice Nacional e Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. As obrigações do contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificam seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6, da LGPD.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As infrações e sanções administrativas e demais condições a elas referentes encontram-se definidos no Edital, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

6.2.2.1.1.01.04.04.005 – Serviços de informática

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio oficial na *Internet*, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012, bem como no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Curitiba – PR, Seção Judiciária do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Conselho Regional de Fisioterapia e
Terapia Ocupacional da 8ª Região – CREFITO-8

Bruno Gil Aldenucci

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª

2ª



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

TERMO DE PROPOSTA

Ao Departamento de Licitações e Contratos

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no Edital do pregão citado.

1. Identificação do Licitante:

- Razão Social:
- Nome Fantasia:
- CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Telefone, *fax*, *e-mail*:
- Banco, Agência e nº da conta-corrente:

Dados do Representante Legal, para assinar contrato:

- Nome:
- RG e CPF:
- Anexar cópia dos documentos acima e procuração.

2. Condições Gerais da Proposta:

A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação.

3. Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

- Examinou cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceita todas as condições nele estipulados e que, ao assinar a presente declaração, renuncia ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
- Que cumpre plenamente as disposições normativas relativas ao trabalho do menor, contida na Lei 9.854, de 27/10/1999 e na Constituição Federal de 1988;
- Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações, objeto da presente licitação;
- Que sua proposta engloba todas as despesas referentes à prestação dos serviços e produtos, bem como todos os tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas, equipamentos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o objeto da licitação;
- Inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

4. Planilha de preços

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1			

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura
(representante legal)



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Nome da Empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins de comprovação no Edital _____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada ME/EPP, nos termos e para todos os efeitos dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 e de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa condição.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome e Assinatura
(representante legal)